

ATA DE REUNIÃO

Aos sete dias do mês de julho de 2020, às 13:00h, reuniram-se por videoconferência a Promotora de Justiça, Dra. Vanessa Quadros Soares Katz, a Procuradora da República, Dra. Vanessa Seguezzi e o Dr. Filipe Fortuna, Diretor do Serviço Autônomo do Hospital Alcides Carneiro.

Aberta a reunião, foi esclarecido pelo Sr. Diretor que no próximo dia 20 de julho serão inaugurados 15 leitos de pediatria para uso COVID, que poderão ser usados como UTI, ante a existência de respiradores. Atualmente, o Hospital Alcides Carneiro conta com 4 leitos de UTI pediátrica, além dos leitos de UTI neonatal. Esclareceu que a obra de ampliação dos leitos UTI de pediatria deverá ser concluída em 45 dias.

Quanto aos leitos pediátricos da UPA Vermelha, ressaltou que foram desativados em razão da falta de procura para atendimento, sendo o HAC a referência para pediatria para o tratamento de COVID-19.

No que tange aos leitos COVID na UPA vermelha, esclareceu que, nesta data, há 04 pacientes lá internados, havendo leitos ociosos. Informou que a equipe de profissionais está completa (para 25 leitos, havendo fisioterapeutas para 20 leitos). Informou também que o serviço de diálise é prestado por meio de um aparelho móvel, mas até o momento não foi necessário. Informou que, ao que saiba, vem sendo aplicado o protocolo de pronação dos pacientes entubados.

Salientou ainda o Diretor a dificuldade na aquisição de determinados tipos de medicamentos, notadamente os sedativos. A alta de preços é enorme e mesmo quando há a aquisição, nem sempre a entrega é garantida. Houve uma mudança do Protocolo de Sedação do Hospital, protocolo esse já implementado, em razão da falta dos sedativos, sendo adotados fármacos similares aos recomendados pela OMS.

As representantes do Ministério Público questionaram quanto à continuidade da realização de cirurgias e exames pelo SEHAC.

Pelo Sr. Filipe Fortuna foi dito que as cirurgias oncológicas, vasculares e urológicas não sofreram processo de descontinuidade. As demais especialidades foram mantidas na razão de 50%.

Esclareceu que há leitos cirúrgicos ociosos, mas uma parte foi destinada à ortopedia.

O ambulatório está com 50% da capacidade reduzida, em razão de seguir os protocolos de biossegurança para atendimento.

Esclareceu ainda que o tomógrafo da Unidade é destinado aos procedimentos internos e aos pacientes portadores de COVID da rede pública de saúde.

Quanto ao planejamento para a retomada das cirurgias eletivas, o Sr. Diretor esclareceu que aguarda as diretrizes da Secretaria de Saúde.

Pelo Ministério Público foi requisitado o encaminhamento dos seguintes documentos, no prazo de 05 dias:

1. Protocolo Farmacêutico adotado quanto à sedação dos pacientes;
2. Filas de espera para procedimentos cirúrgicos, por especialidade, indicando a data de ingresso do paciente mais antigo;
3. Tabela indicando valores de aquisição de fármacos e insumos, inclusive EPIs, comparando os preços mês a mês, desde janeiro de 2020;
4. Cronograma de viabilidade de retomada de cirurgias, exames e consultas eletivas;

Nada mais havendo, encerro a presente.